

Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva

Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

Recebido 30, jun. 2006/Aprovado 30, ago. 2006

Resumo

*Neste trabalho, analiso aspectos relativos à gramaticalização de conjunções coordenativas. Assumindo que fatores de ordem cognitiva e pragmática interagem para a criação de novos itens gramaticais, e adotando uma concepção de coordenação fundamentada em critérios semântico-funcionais, reconstruo o percurso histórico-evolutivo da conjunção conclusiva **logo**, a partir de fontes históricas do português.*

Palavras-chave: gramaticalização; conjunção; coordenação; lingüística histórica.

Apresentação

Este trabalho trata de um fato lingüístico - já conhecido e anunciado pelos historiadores do português - que é a relação genética existente entre os usos adverbial e conjuncional de *logo*: o primeiro está na base da constituição do segundo. Bueno (1968), por exemplo, argumenta que a conjunção conclusiva *logo* é o mesmo advérbio temporal, mas “com nova função gramatical”. Contudo, resta explicar ainda como se deu o processo de transição entre essas categorias, o que pretendo fazer ao longo desta exposição, por meio da consolidação de dois objetivos mais específicos. Considerando tal processo como um fenômeno legítimo de Gramaticalização, meus propósitos são: (i) explicitar a relação que existe entre o sentido da conjunção *logo* e o sentido do advérbio *logo*, relação esta que estaria na origem da derivação histórica; e, (ii) explicitar o contexto lingüístico que teria favorecido a alteração na fronteira dos constituintes e a posterior reinterpretação do advérbio como conjunção.

1. Gramaticalização de conjunções

Entende-se por “gramaticalização” um processo especial de mudança lingüística, principalmente diacrônico e gradual, em que itens lexicais plenos passam a funcionar como expressões gramaticais específicas, em razão de um conjunto de alterações nos vários componentes da linguagem, sobretudo no sintático e no semântico. Trata-se, em outras palavras, de uma evidência de que as gramáticas das línguas são constantemente remodeladas, via processos de mudança que reutilizam material da própria língua.

Dos muitos fenômenos de gramaticalização, a formação de conjunções tem se mostrado um domínio extremamente fértil, visto que, na história das línguas, essa classe de palavras sempre esteve sujeita à renovação (MEILLET, 1912). Particularmente, no campo das conjunções de coordenação, os estudiosos concordam que a fonte diacrônica é, até certo ponto, transparente. Paul (1886) já afirmava que as conjunções (“palavras de ligação”, em sua terminologia) derivam historicamente de advérbios conjuncionais ou de alguns usos de pronomes conjuncionais, itens que já serviam para ligar orações antes mesmo de se transformarem em conjunções propriamente ditas. Said Ali (1964, p. 220) também destaca o papel de advérbios e pronomes na formação de conjunções:

Obscura é a origem de algumas conjunções latinas; porém a julgar por aquelas cujo histórico se conhece, a linguagem não teria criado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviram a este fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença; e serviram também pronomes do tipo

relativo-interrogativo, ou temas pronominais acrescidos de novos elementos.

Câmara (1975), por sua vez, é mais categórico e defende que “geneticamente, a conjunção coordenativa é sempre um advérbio”. Além disso, ele chama a atenção para o fato de que, em português, as conjunções não são os únicos mecanismos gramaticais que dão conta de expressar a coordenação sindética. Ao lado delas, há uma série de advérbios que, quer simples ou em locução, estabelecem um elo coordenativo entre orações e até mesmo porções maiores de texto. Essa correlação estreita entre advérbio e conjunção também é mostrada no trabalho de Mithun (1988). A partir do estudo das formas de coordenação em línguas tipologicamente diversas, a autora mostra que as conjunções coordenativas tendem a derivar principalmente de advérbios discursivos.

É nessa perspectiva que o presente trabalho persegue o objetivo de analisar o processo histórico-diacrônico que levou à formação em português da conclusiva *logo*. A análise pretende focar dois aspectos salientes da mudança por gramaticalização. De um lado, examino as alterações de sentido, tendo em vista que elas são conduzidas por dois mecanismos distintos, mas complementares. Um deles, que é de natureza cognitiva, consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um mais abstrato, enquanto o segundo, que é de natureza pragmática, consiste na transição gradual e contínua de um significado a outro, por meio da reinterpretação contextual.

De outro lado, examino as alterações sintáticas, tendo em vista que, segundo Hopper e Traugott (1993), a mudança de categoria segue uma tendência particular em que categorias menores (preposição, conjunção, auxiliares) derivam de categorias maiores (nomes, verbos) ou de categorias intermediárias (adjetivos, advérbios), por meio de estágios de sobreposição, que revelam a gradualidade na fixação das categorias. A constituição do estatuto conjuncional de *logo* será examinada à luz de uma concepção de coordenação fundamentalmente semântica, formulada a partir de um texto de Bally (1944), cuja importância já foi reconhecida por Ducrot (1977), Geraldi (1981), Koch (1987), Guimarães (1987) e Carone (1988).

2. Alterações no sentido

Em conformidade com os pressupostos da lingüística cognitiva e da lingüística funcionalista, defendo que as funções sociais e cognitivas desempenhadas pela língua têm um papel singular no processo de criação da gramática dessa língua que, por sua vez, equivale a um conjunto de estruturas que experimentam constantes acomodações – ou gramaticalizações – já que

se prestam à satisfação das necessidades de expressão e comunicação. Portanto, lanço mão sobretudo de fatores cognitivos e pragmáticos para explicar aspectos da mudança de significados envolvida na gramaticalização.

2.1 Fatores cognitivos e pragmáticos

O entendimento dos processos semânticos envolvidos na gramaticalização recebeu uma formulação consistente nos trabalhos de Sweetser (1988, 1991), que são fundamentados numa semântica de orientação cognitivista, aliada às tradições em análise pragmática e teoria dos atos de fala. A questão que está no centro das discussões promovidas na obra de Sweetser é aquela de saber o que acontece com os significados nas mudanças semânticas que acompanham os processos de gramaticalização. Rejeitando a hipótese de *semantic bleaching*, amplamente aceita desde o trabalho pioneiro de Meillet (1912), a autora propõe um mecanismo geral de mudança semântica que opera por meio de projeções metafóricas entre diferentes domínios conceituais. Nesse mecanismo, a metáfora é concebida como uma “estratégia cognitiva” que possibilita a emergência de itens gramaticais, na medida em que atua como veículo na transferência de significados de um domínio cognitivo mais concreto, próximo à experiência física, para um domínio mais abstrato, próximo às experiências mental e conversacional.

Segundo a autora, tais projeções são sempre parciais. O que é transferido de um domínio a outro são unidades inferenciais altamente abstratas, de modo que o mecanismo de mudança se efetiva por meio de duas etapas: (i) uma unidade inferencial é abstraída a partir de um domínio de conceituação mais concreto, etapa em que pode haver descarte de traços de significado; e, (ii) essa unidade é projetada em um domínio mais abstrato, possivelmente mais subjetivo, dentro do qual pode assimilar novos traços. Fica evidente, então, a inadequação do modelo *bleaching*, já que, na realidade, segundo a autora, há uma reorganização semântica, com possível perda, preservação e ganho de traços semânticos:

[...] there is a sense in which grammaticalization involves loss of meaning, and another sense in which it does not. Whenever abstraction occurs – for example, when an image-schematic structure is abstracted from a lexical meaning – there is potential loss of meaning. [...] But if the abstracted schema is transferred from the source domain to some particular target domain, then the meaning of the target domain is added to the meaning of the word. (SWEETSER, 1988, p.12)

Para exemplificação, Sweetser recorre ao processo de mudança de *go*, do inglês, que de verbo de movimento passou a auxiliar marcador de futuro. Segundo ela, no caso de *go*, a

projeção de movimento físico para futuridade se deu graças à projeção da inferência “deslocamento linear de um ponto a outro”, do domínio físico-espacial, mais concreto, para o domínio temporal, menos concreto.

Assim, da perspectiva de Sweetser, as mudanças semânticas são, até certo ponto, previsíveis. Essa previsibilidade tem motivação no interior de uma teoria que toma a percepção humana como o alicerce da estrutura das línguas. A metáfora é, nesse contexto, a principal força de estruturação semântica, pois as mudanças semânticas seguem uma trajetória unidirecional de crescente abstratização que é justificada pela unidirecionalidade inerente às conexões metafóricas.

Também numa linha cognitivista, Heine e outros (1991) descrevem a transferência entre estruturas fonte e alvo a partir de uma hierarquia de categorias cognitivas, que eles organizam da seguinte forma: Pessoa > Objeto > Atividade > Espaço > Tempo > Qualidade. Cada categoria, que inclui uma variedade de conceitos, representa um domínio de conceituação relevante para a experiência humana. A relação entre as categorias é de natureza metafórica, no sentido de que qualquer categoria pode ser usada para conceituar outra categoria, contanto que esta esteja à sua direita. Desse modo, Objeto pode ser usado para conceituar Espaço, que pode ser usado para conceituar Tempo, e assim por diante. Outras hierarquias foram propostas, por exemplo, Traugott e König (1991) traçaram o percurso Tempo > Concessão para explicar o processo de constituição de *while*, do inglês. Shyldkrot (1995) propôs a trajetória Quantidade > Qualidade > Concessão para dar conta dos processos de mudança sofridos por *tout*, do francês. Martelotta e outros (1996) propuseram a trajetória Espaço > Discurso para descrever os usos de *aí*, em português.

Mas se, por um lado, as projeções metafóricas apresentam a vantagem de predizer a direção dos processos de mudança, por outro, não são capazes de recuperar as etapas intermediárias desses processos, em que as categorias podem coexistir. A esse respeito, Sweetser argumenta que as mudanças sempre tomam lugar através de estágios intervenientes de polissemia: se uma palavra significou A e hoje significa B, é certo que em algum momento ela significou A e B. A autora acrescenta ainda que existe uma correlação estreita entre polissemia sincrônica e mudança diacrônica, no sentido de entender as polissemias como pistas capazes de recapitular e de explicar a trajetória histórica de desenvolvimento de uma palavra ou morfema.

Para recuperar esses estágios intermediários, a análise em termos de metáfora deve ser complementada pela análise pragmático-contextual, que reserva ao contexto contíguo um papel crucial na evolução semântica. É justamente por causa da influência do contexto sobre a interpretação de um item que

Hopper e Traugott (1993) e Traugott e König (1991) qualificam as mudanças semânticas de “metonímicas”. Para os autores, a reinterpretação induzida pelo contexto ocorre quando uma palavra ou construção, além do sentido básico, permite a inferência de um sentido adicional (relacionado ao mundo das crenças e atitudes do falante), em função da contigüidade contextual ou metonímica. Com o tempo, pode haver convencionalização de inferências, caso o sentido adicional se torne parte da palavra, de forma que o que antes era inferido passa a ser codificado.

Nesses termos, a gramaticalização consiste num processo gradual e histórico de pragmatização do significado, que envolve, por um lado, estratégias de caráter inferencial, que levam ao aumento de informação pragmática e, por outro, estratégias de caráter metafórico, que levam ao aumento de abstração.

3. A construção coordenada

A coordenação consiste, grosso modo, numa construção sintática em que duas ou mais unidades funcionalmente equivalentes se articulam, com ou sem nexos explícitos, para a formação de uma unidade ainda maior, da qual emerge uma nova relação de sentido. Todas as línguas apresentam construções coordenadas de algum tipo (MITHUN, 1988; HASPELMATH, 2000). Em português, a coordenação pode se realizar entre sintagmas, orações e até mesmo entre enunciados, estabelecendo as relações de adição, alternância, adversidade, explicação ou conclusão. Em razão das possibilidades de encadeamento dentro e além da oração, Azeredo (2001) afirma que a coordenação é mais propriamente um mecanismo discursivo do que sintático, que pode ser realizado por conjunções de coordenação, advérbios e locuções adverbiais ou simplesmente pela justaposição e entoação.

Neste trabalho, assumo uma concepção de coordenação essencialmente semântica, nos moldes propostos por Bally (1944). Tal concepção, que confere alguma transparência ao mecanismo de produção de conjunções coordenativas, tem por orientação a dicotomia tema/comentário, cuja relevância para as línguas foi bastante acentuada por Ilari (1981, p. 62):

A articulação de oração em tópico e comentário é um fenômeno generalizado nas línguas de que se tem notícia; [...] A presença de uma articulação desse tipo em orações do português é extremamente frequente; para sermos mais exatos é obrigatória, no sentido de que toda a oração se biparte em tópico e comentário ou é globalmente interpretada como comentário.

Nesses termos, as orações são suscetíveis de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente - tema e comentário - em que o tema é entendido como o ponto de partida ao qual é acrescido o comentário, que é o centro de interesse da comunicação. O padrão habitual corresponde à seqüência

(tema)/comentário, na qual é possível prever orações formadas unicamente pelo comentário.

Segundo Bally, acredito que a articulação tema/comentário, que estrutura uma oração, também estrutura a coordenação de orações. Em outros termos, na coordenação, as orações estão relacionadas de tal forma que a segunda toma a primeira como tema e é no interior desse tema que ela deve ser interpretada como acrescentando ao discurso a informação mais importante ou saliente. Nessa relação, que é essencialmente coesiva, o comentário tem, portanto, a dupla função de recuperar ou reativar uma informação dada e de predicar sobre ela, acrescentando informação nova.

Com o acréscimo do comentário, é disparada uma relação semântica particular que justifica a combinação das orações. Nos exemplos abaixo, em que a articulação tema/comentário é evidenciada em construções binárias cuja independência dos membros é sinalizada por contornos entoacionais distintos e pela existência de uma pausa considerável, podemos inferir as relações de causa e de efeito:

- (01) Faz frio. Não sairemos. (CAUSA > EFEITO)
Faz frio (e a propósito do fato de que faz frio, acrescento:) não sairemos
- (02) Não sairemos. Faz frio. (EFEITO > CAUSA)
Não sairemos (e a propósito desse fato, acrescento:) faz frio

Está também em Bally (1944) a sugestão de que em uma construção coordenada um termo pertencente ao comentário está predestinado a se tornar uma conjunção quando ele tem, por si só, a propriedade de reiterar todo ou parte do tema. Para o autor, esse termo apareceria inicialmente como um modificador adverbial que, de forma gradual, ganharia posição inicial na oração, ao mesmo tempo em que se tornaria frouxa a noção de que ele é somente uma anáfora do tema.

Segundo essa hipótese, as conjunções de coordenação têm uma origem por excelência: são criadas preferencialmente a partir de advérbios pronominais que, além de exprimirem circunstâncias, atuam como mecanismos de coesão, ligando partes do texto e estabelecendo relações de sentido. Desse ponto de vista, a conjunção coordenativa resultante se caracteriza por um duplo movimento de retorno e avanço, ou seja, retoma um tema, conferindo-lhe especificidade, e, por meio do comentário, dá seqüência ao discurso, estabelecendo novas relações de sentido. É provavelmente nesse sentido que Guimarães (1980) afirma que “a função de uma conjunção coordenativa não é fazer que uma oração esteja em outra, mas que as orações se tornem texto, se constituam, portanto, em discurso”.

3.1 Conjunções coordenativas conclusivas

As conjunções são elementos que têm função conectiva. Contudo, dada a natureza heterogênea dos itens que integram essa classe de palavras, o reconhecimento e a classificação das conjunções constituem ainda um domínio pouco preciso da gramática do português. Uma amostra disso é a falta de consenso que existe no tratamento do uso conjuncional das palavras *logo*, *pois* (posposto), *portanto*, *então* e *assim*. Cunha e Cintra (1985), Cegalla (1990), Rocha Lima (1998) e Abreu (2003) classificam essas partículas como conjunções coordenativas conclusivas. Já Bechara (2001, p. 322) argumenta que, influenciados por aspectos semânticos, vários gramáticos incluem no paradigma das conclusivas certos advérbios que têm a propriedade de estabelecer relações inter-oracionais e inter-textuais, como é o caso, por exemplo, de *pois*, *logo* e *portanto*. Segundo ele, apesar das proximidades com as conjunções coordenativas, esses advérbios não têm o mesmo estatuto.

Nos estudos descritivos, Neves (2000, p. 241) reserva para esses itens o rótulo de “advérbios juntivos”, e os define como advérbios de valor anafórico que promovem a conjunção de orações e estabelecem relações de sentido, sobretudo relações adversativas (*porém*, *contudo*, *entretanto*, *todavia*, *no entanto*) e conclusivas (*portanto*, *por conseguinte*, *então*). A autora argumenta que: “Na verdade, são elementos em processo de gramaticalização. Nesse processo, está em estágio mais avançado o elemento conclusivo *logo*, que tem o comportamento próximo ao de uma conjunção coordenativa.”

3.2 A “conjunção” *logo*

Enquanto conjunção conclusiva, *logo* é definido tradicionalmente como um item que serve para ligar à anterior uma oração que exprime conclusão ou consequência (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 567), podendo ser parafraseado por “portanto”, “por conseguinte”, como é o caso do exemplo (03) abaixo, cuja construção apresenta as seguintes características: *logo* articula duas orações gramaticalmente autônomas,¹ ocupa posição fixa no início da oração, e faz remissão à oração precedente, pesando-a, para então introduzir uma conclusão.

(03) João é um indivíduo perigoso, **logo** fique longe dele

Do ponto de vista argumentativo (MAINGUENEAU, 1997), a conjunção *logo* funciona como um operador, que atua numa construção de implicação do tipo “P *logo* Q”, em que o antecedente P aparece como um fato definitivo, e o consequente Q aparece legitimado por princípios admitidos pela comunidade, o que justifica o caráter polifônico da construção. No caso de (03), o segmento P (“João é um indivíduo perigoso”) implica o

¹ Guimarães (1987) apresenta exemplos em que *logo* não se limita a articular orações, mas também articula parágrafos e até mesmo capítulos.

segmento Q (“fique longe dele”), numa relação necessária de causa-efeito ou argumento-conclusão. Essa relação garante a rigidez na ordem das orações articuladas por *logo*. A representação em (04) é ilustrativa:

- (04) P, *logo* Q, em que:
P é argumento em favor de Q

² Para a análise, optei por uma seleção de trechos dos seguintes textos: Séc. XIII: A demanda do Santo Graal (13DSG); Foro Real de Afonso X (13FR); Testamento de D. Afonso II (13TDA); Notícia do Torto (13NT); Inquirições de Afonso III (13IA). Séc. IV: Crónica Geral de Espanha de 1344 (14CGE); Orto do Esposo (14OE); Primeyra Partida (14PP); Bíblia Medieval Portuguesa (14BMP); Séc. XV: Boosco Deleitoso (15BD); Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram (15LO); Crónica D. Fernando (15CDF); Crónica D. Pedro I (15CDP); Leal Conselheiro (15LC); Séc. XVI: Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia (16CSD); Historia da prouincia de Sãta Cruz a que vulgamente chamamos Brasil... (16HSC); Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel (16CDM); Os Sete Únicos Documentos de 1500 (16OSD); Desengano de Perdidos (16DP); Séc. XVII: Jornada dos Vassalos da Coroa de Portvgal (17JV); Peregrinaçam (17P); Chronica Del Rey D. Ioam I (17CDJ); Sermão da Sexagésima (17SS); Corte na Aldeia e Noites de Inverno (17CA); Séc. XVIII: A Ordem da Salvação ou A Doutrina Christã (18OS); Necesario Aviso acerca da Igreja e Doutrina dos Papas em Roma (18NA); Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos, e a França (18REF); Do Uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra (18UA); Theorica verdadeira das Mares (18TM).

³ Nos exemplos, as referências entre parênteses remetem, respectivamente, ao século e à abreviação do título do texto.

4. O percurso histórico-evolutivo de *logo*: da etimologia à pragmática

Nesta seção, reconstruo o percurso histórico-evolutivo da conjunção *logo*, a partir de uma base de dados² que reúne vários textos em prosa, representativos do português dos séculos XIII ao XVIII.

Os dicionários etimológicos (FERREIRA, 1983; CUNHA, 1986) indicam que o item *logo* do português é proveniente do *locus-i* latino, que era empregado em sentido espacial (lugar, local, morada, país), em sentido temporal (época, ocasião, situação), e ainda em sentidos diversos tais como situação social, emprego, ponto, questão, matéria, assunto e capítulo.

Os dados investigados sugerem que no português arcaico parece ter havido um afunilamento nas possibilidades semânticas do item, pois nas ocorrências relativas ao século XIII verifiquei a coexistência de apenas dois usos de *logo*: o substantivo *logo* e o advérbio *logo*, itens que sinalizavam, respectivamente, sucessão espacial e sucessão temporal, como mostram os exemplos (05) e (06):³

- (05) Mandamos que quando ouuyre morte Del rey, todos guarde senhorio e os dereytos del rey aaquel que reynar **en seu logo** e os que alqua cousa teuerem que perteesca a senhurio Del rey (13FR, p.132) [...todos guardem o poder e os direitos de rei àquele que reinar em seu lugar...]
- (06) E Galvam filhou **logo** o escudo e depois deitou-o ao colo (13DSG, p. 8) [Galvam tomou em seguida (ou imediatamente) o escudo e depois colocou-o no colo]

Como substantivo, de que (05) é exemplo, *logo* equivale a “lugar” e integra o sintagma preposicional “en seu logo”, no qual *logo* indica mais precisamente posição física e social e acrescenta a noção de deslocamento ou sucessão. Já como advérbio, de que (06) é exemplo, *logo* é muito mais freqüente no *corpus* investigado. Nesse caso, o item indica uma relação de posterioridade temporal (“em breve”, “em seguida”) que está ancorada na situação externa e que pode alternativamente ser entendida como particularizada pelo imediatismo da relação, corroborando uma afirmação de Cunha (1986), de que no português arcaico, *logo* funciona como “imediatamente”.

Por outro lado, há contextos em que o advérbio temporal *logo* está ancorado em um momento já especificado no próprio texto. Nesse caso, *logo* sinaliza uma sucessão temporal, em que um evento se realiza após outro, recuperável no co-texto precedente. Para isso, *logo* retoma anaforicamente o evento anterior que, em geral, é introduzido por uma conjunção de tempo, como mostram os exemplos abaixo:

- (07) Tanto que viu Galvam Erec **logo** o conheceu (13DSG, p. 65)
[Assim que viu Galvam Erec logo (= que o viu) o reconheceu]
- (08) Quando Galaaz êsto ouviu, filhou **logo** sas armas e guisou-se o mais toste que pôde (13DSG, p.145) [Quando Galaaz ouviu isto, tomou logo (= que ouviu isto) suas armas...]

Nos dados relativos a esse período da língua, não encontrei exemplos do uso conjuncional de *logo*. Só no material referente ao século XVII é que verifiquei as primeiras ocorrências. O exemplo (09) traz uma delas:

- (09) Para hum homem se ver a si mesmo, são necessarias tres cousas: olhos, espelho, & luz. Se tem espelho, & he cego; não se pôde ver por falta de olhos: se tem espelho, & olhos, & he de noyte; não se pôde ver por falta de luz. **Logo** ha mister luz, ha mister espelho, & ha mister olhos. (17SS, p.18)

Em (09), há uma estrutura do tipo “C1. Logo C2”, em que os segmentos C1 e C2 são gramaticalmente independentes, separados por uma pausa representada por ponto. Cada segmento é constituído por orações estruturadas em tema e comentário. Essa relação tema/comentário se sustenta também entre C1 e C2, estruturando-os, uma vez que o segundo deve ser interpretado à luz do primeiro. Ou seja, C2 acrescenta um pensamento, uma avaliação conclusiva acerca de C1, evidenciando assim a relação de sentido, que é condição para a coordenação. Veja o esquema:

C1		C2
Para hum homem se ver a si mesmo, são necessarias tres cousas: olhos, espelho, & luz. Se tem espelho, & he cego; não se pôde ver por falta de olhos: se tem espelho, & olhos, & he de noyte; não se pôde ver por falta de luz	<i>logo</i>	ha mister luz, ha mister espelho, & ha mister olhos
TEMA		COMENTÁRIO

CONCLUSÃO

A relação coesiva entre os segmentos C1 e C2 é garantida por *logo* ou, mais particularmente, pela foricidade de *logo* que,

encabeçando o comentário, promove simultaneamente um movimento de retorno ao já dito, em que reitera todo o C1, e um movimento de avanço, fazendo com que as orações se constituam em texto. Em C2, não é só uma parte do conteúdo de C1 que é reativada, mas também a própria orientação argumentativa de C1 é retomada em C2. Portanto, em (09), *logo* tem as características que, nos termos de Bally, permitem colocá-lo no rol das conjunções de coordenação.

Além de mostrar que o uso conjuncional de *logo* é mais recente que os demais, a investigação dos dados históricos evidenciou ainda que o contexto que teria favorecido a reinterpretação do advérbio *logo* como conjunção é aquele exemplificado em (10), uma ocorrência do século XIV:

- (10) [...] e he chamado mar morto, porque nem pexes, nem aves nom vivem em ele, nem pode em ele andar navio, nem outra matéria nenhua, senon for bitumada, e se algua cousa morta hi lançarem, **logo** se afonda, e se for cousa viva, **logo** saae a cima pero seja amerguda per força. (14BMP, p.40) [... e se alguma coisa morta lançarem ali, logo afunda, e se for coisa viva, logo sai para cima].

Configura-se, nesse caso, uma situação de ambigüidade. Em uma interpretação, *logo* atua como advérbio (fórico!) de tempo posterior, admitindo paráfrase com “em seguida”. Por outro lado, dado o contexto contíguo, *logo* integra uma construção condicional do tipo “Se P, *logo* Q”, cujo significado reside numa relação de implicação entre P e Q, na qual “se temos P, devemos ter Q”. Assim, conforme (10), o fato de “lançar alguma coisa morta” implica conseqüentemente “afundar”, da mesma forma que “lançar coisa viva” implica “sair acima”. Nessa relação de implicação, *logo* veicula um sentido de conseqüência ou conclusão, que é fortemente baseado nas crenças e expectativas do falante/escritor. Acrescente-se a isso que o item, nesse contexto, ocupa posição inicial na oração, tal como uma conjunção prototípica. Nessa condição híbrida, *logo* revela a fluidez categorial entre o advérbio de tempo e a conjunção conclusiva, isto é, a face não discreta da mudança.

Nessa perspectiva, o embrião da conjunção conclusiva *logo* seria o uso mais referencial de *logo*, o dêitico temporal, que passou a ser empregado, em determinados contextos, como um item de coesão textual, retomando anaforicamente orações precedentes e indicando sucessão temporal. Nesses termos, um item que era empregado para sinalizar sucessão temporal no mundo real teve seu uso estendido para sinalizar sucessão temporal entre eventos mencionados no texto. Ratificando os pressupostos de Bally, mencionados anteriormente, sugiro que a natureza pronominal do advérbio *logo* foi determinante para a constituição da conjunção conclusiva - que até hoje preserva essa característica do advérbio - já que na relação de conclusão há um movimento de retroação, a partir do qual o falante/escritor retoma o conteúdo anterior e então introduz uma conclusão. Por isso é que afirmo anteriormente que o modelo de Bally, de certa forma, torna mais transparente o mecanismo de formação de conjunções.

A alteração de sentido aponta para abstratização e pragmatização crescentes do significado: a posterioridade temporal de

logo passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso: aquilo que vem depois no tempo foi projetado para designar aquilo que vem depois no discurso, a saber, um efeito ou uma conclusão. Essa projeção evidentemente não foi abrupta, mas propiciada pelo contexto contíguo de implicação que, além da leitura de tempo posterior, permitia a leitura de conclusão.

Assim, de um lado, a foricidade de *logo* criou condições para que o item ganhasse gradativamente estatuto conjuncional e, de outro, a transferência metafórica e a reinterpretação contextual determinaram a emergência de um novo sentido, mais abstrato e mais subjetivo que o primeiro.

Conclusão

A trajetória de gramaticalização percorrida por *logo* para a constituição da conjunção coordenativa conclusiva corrobora as hipóteses de Sweetser (1988, 1991), Heine *et al.* (1991), Traugott e König (1991) Hopper e Traugott (1993), tanto no que concerne ao papel da pressão contextual para a emergência de novos usos, como no que concerne à direcionalidade da mudança, que aponta preferencialmente para a abstratização e pragmatização do significado: TEMPO > CONCLUSÃO, e para o surgimento de categorias ainda mais gramaticais: ADVÉRBIO PRONOMINAL > CONJUNÇÃO.

Abstract

In this paper, I analyze some aspects related to the grammaticalization of the coordinating conjunctions. Assuming that cognitive and pragmatic factors interact to create new grammatical items and adopting a coordination approach supported by functional-semantic criteria, I reconstruct the evolutionary-historical course of the Portuguese conclusive conjunction logo from Portuguese historical sources.

Keywords: grammaticalization; conjunction; coordination; historical linguistics.

Referências

- ABREU, A. S. *Gramática mínima: para o domínio da língua padrão*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1944.
- AZEREDO, J. *Iniciação à sintaxe do português*. 7.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique historique*. 4.ed. Berne: Éditions Francke, 1944.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

- BUENO, F. S. *Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- CÂMARA, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1975.
- CARONE, F. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 1988.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 33.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1990.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FERREIRA, A.G. *Dicionário latim-português*. Lisboa: Porto Editora, 1983
- GERALDI, J. W. Tópico-comentário e orientação argumentativa. In: ORLANDI, E. et al. (Org.). *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1981.
- GUIMARÃES, E. *Argumentação e pressuposição*. Comunicação apresentada no V Encontro Nacional de Lingüística, Rio de Janeiro, 1980.
- _____. *Texto e argumentação*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- HASPELMATH, M. Coordination. In: SHOPEN, T. (Org.). *Language typology and linguistic description*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, R. A articulação tópico comentário: um problema de semântica ou de representações mentais? *Português: Estudos Lingüísticos*, Uberaba, 1981.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- MARTELOTTA, M. et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1912.

MITHUN, M. The grammaticization of coordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Orgs) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

PAUL, H. *Prinzipien der sprachgeschichte*. Tradução portuguesa de Maria Luiza Schemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1886.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 35.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998.

SHYLDKROT, H. B. *Tout: polysémie, grammaticalisation et sens prototypique*. *Langue Française*, [S.1.], n. 107, 1995.

SWEETSER, E. Grammaticalization and semantic bleaching. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY, 14., 1998, Berkeley. *Proceedings...* Berkeley: [s.n.], 1988.

_____. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.). *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991.